

ACESSO À INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA: uma aproximação teórica da vertente pós-custodial com o tesouro funcional¹

ACCESS TO ARCHIVAL INFORMATION:

a theoretical approach of the post-custodial strand with the functional thesaurus

*Maíra Fernandes Alencar²
Brígida Maria Nogueira Cervantes³*

RESUMO

As instituições arquivísticas justificam sua razão de existir por meio de uma essência: fornecer acesso às informações em documentos físicos ou eletrônicos de um determinado organismo institucional ou pessoal. As teorias e práticas em torno dessa questão do acesso tem construído a trajetória da arquivística dos tempos antigos até os atuais. Considerando esse panorama de sua essência, esse artigo busca sistematizar uma aproximação teórica da Arquivística Pós-Custodial (vertente teórica da área que preconiza a questão do acesso) com o instrumento de recuperação da informação arquivística: Tesouro Funcional (vocabulário da linguagem orgânico-funcional). O universo de pesquisa é constituído pela literatura científica no período de 2000-2016 com os termos tesouro funcional, arquivística pós-custodial, linguagem orgânico-funcional e vocabulário controlado arquivístico nas seções título, resumo e palavras-chave dos trabalhos, nos idiomas português, espanhol e inglês, com temática da arquivística pós-custodial e tesouro funcional. Para a análise dos dados utiliza-se o método de análise de conteúdo de Bardin, agrupando nas categorias PMEST de Ranganathan. Verificou-se que a temática do tesouro funcional não encontrou na literatura trabalhos científicos dentro do parâmetro metodológico estabelecido, enquanto que na temática da Arquivística pós-custodial recuperou-se 12 trabalhos. Pode-se constatar que esta última possui enquanto energia que a move os instrumentos terminológicos no prisma do acesso, dessa forma, há uma aproximação da vertente pós-custodial com o tesouro funcional. Constatou-se que há necessidade de estudos que aprofundem o campo da linguagem na ótica do acesso à informação Arquivística.

Palavras-chave: Arquivística-Pós-Custodial. Tesouro Funcional. Vocabulário Controlado Arquivístico.

ABSTRACT

Archival institutions justify their reason for existing through an essence: to provide access to information in physical or electronic documents of a particular institutional or personal body. The theories and practices surrounding this access issue have built the trajectory of archival from ancient times to the present. Considering this panorama of its essence, this article seeks to systematize a theoretical approach of the Post-Custodial Archives (theoretical section of the area that advocates the access question) with the archival information retrieval tool: Functional Thesaurus (vocabulary of organic-functional language). The research universe consists of the scientific literature in the period from 2000 to 2016 with the terms functional thesaurus, post-custodial archival, organic-functional language and controlled archival vocabulary in the sections title, abstract and keywords of the works, in Portuguese, Spanish and English, with post-custodial archives and functional thesaurus. For the analysis of the data, the Bardin content analysis method is used, grouping in Ranganathan's PMEST categories. It was verified that the thematic of the functional thesaurus did not find in the literature scientific works within the established methodological parameter, whereas in the post-custodial archives, 12 works were recovered. It can be verified that the latter has, as energy that moves it, the terminological instruments in the prism of the access. Thus, there is an approximation of the post-custodial strand with the functional thesaurus. It was found that there is a need for studies that deepen the field of language in the perspective of access to archival information.

Keywords: Post-Custodial Archives Science. Functional Thesaurus. Controlled Vocabulary.

Artigo recebido em 16/02/2019 e aceito para publicação em 30/04/2019.

- 1 Este trabalho é parte da dissertação "Organização e Representação do Conhecimento Arquivístico: Abordagens para construção de tesouros funcionais", defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina, Brasil.
- 2 Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Estadual de Londrina, Brasil. Bacharel em Arquivologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil. E-mail: alencarmfa@gmail.com.
- 3 Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina, Brasil. E-mail: brigidacervantes@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Primeiro existiu a necessidade da informação ou as instituições arquivísticas?

A existência dos processos de comunicação por meio da escrita construiu o fenômeno da informação como um papel central nas organizações institucionais e pessoais. Foi por meio dessa razão que a necessidade de informação ganhou um aspecto nuclear na dimensão administrativa e burocrática das relações sociais. Uma vez que a necessidade passa a existir é criada uma essência para tal razão: o acesso.

Com essa razão de ser: tornar acessível às informações produzidas e recebidas de um determinado organismo, as teorias e princípios da arquivística, conseqüentemente, são desenvolvidos. Nesse sentido, Rosseau e Couture (1998) mencionam que os princípios só foram possíveis devido aos métodos para arquivos, existentes desde que o ser humano inicia sua sistematização de registros com a escrita. Os autores ainda categorizam quatro aspectos principais de métodos dentro da prática dos arquivos: tratamento, a conservação, a criação e a difusão. Essas quatro categorias metodológicas que a área se desenvolveu ainda hoje são aspectos de estudos e que lhe confere dimensões de construções, pois podemos refletir se, por ser aquilo que lhe formou, é de sua essência, portanto, sempre se manifestará em suas ações, o que merece atenção e olhares científicos.

Dessa forma, a área é resultado das transformações sociais com as características da contemporaneidade. Um dos aspectos centrais desse cenário são as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), que marcou a trajetória de rupturas paradigmáticas do campo arquivístico. Como os paradigmas da Arquivística foram apresentados para solucionar problemas decorrentes de cada época com diferentes contextos sociais, históricos, econômicos, políticos, científicos e culturais, a Arquivística Pós-Custodial se apresenta dentro dessa esfera para versar sobre o viés do acesso, ir além da custódia e ampliar fronteiras que considera tratar numa visão holística: arquivo, linguagem e acesso. Nesse contexto que a vertente problemática do trabalho é apresentada: Há aproximação teórica da arquivística pós-custodial com os tesouros funcionais?

Considerando esse panorama de sua essência pelo acesso, esse artigo ter por objetivo sistematizar uma aproximação teórica da Arquivística Pós-Custodial (vertente teórica da área que preconiza a questão do acesso) com o Tesouro Funcional (vocabulário da linguagem orgânico-funcional). O universo de pesquisa é constituído pela literatura científica no período de 2000-2016 com os termos Arquivística-Pós-Custodial. Tesouro Funcional. Vocabulário Controlado Arquivístico.

nas seções título, resumo e palavras-chave nos idiomas português, espanhol e inglês, com temática da arquivística pós-custodial e tesauro funcional. Para a análise dos dados utiliza-se o método de análise de conteúdo de Bardin, agrupando nas categorias PMEST de Ranganathan.

2 UMA TRAJETÓRIA PELO ACESSO: A ARQUIVÍSTICA, A LINGUAGEM E O TESAURO FUNCIONAL

Considera-se complexo o processo da representação do conhecimento, visto que o problema de como recuperar informações ocorre em diversas áreas do saber humano. Verifica-se que essa característica não se restringe e nem encontrará solução “ideal” apenas no âmbito da Arquivística. Sabe-se que é, antes, essencialmente, um problema de diversas áreas e que existe desde que a produção do registro das ações humanas teve início, desde então, tão tarde não cessa. Ao contrário, com as Tecnologias de Informação e Comunicação presencia-se uma produção cada vez maior.

Para tal situação, dentro de um viés específico na área da CI, nota-se que houve, durante um período, ênfase em produzir e difundir informação, deixando os processos de gerir e administrar em segundo plano, aspecto que evidencia necessidade de aprofundamentos:

É possível considerar então, que os problemas atuais para a gestão e preservação de documentos de todo o tipo e em especial dos digitais, são testemunhos diretos de que os avanços obtidos nos últimos 50 anos, foram sobretudo na capacidade de produção e difusão da informação, não tendo se verificado o mesmo avanço e progresso na administração e gerenciamento da produção intelectual do homem. (FONTOURA, 2012, p. 215)

Na Arquivística, registra-se a preocupação de como atuar nesse contexto, por isso apresentam-se aqui os instrumentos terminológicos para serem aplicados para cumprir um objetivo: ser ponto de acesso complementar na questão de *gerenciar* e *administrar* a informação, que são, antes, processos de organizar e representar o conhecimento arquivístico, compreendido enquanto “todo o conhecimento produzido sobre uma pessoa ou entidade específica e agrupado em um fundo.” (TOGNOLI; GUIMARÃES; TENNIS, 2013, p. 219, tradução nossa).

Nesse sentido, parte-se aqui da premissa de que as linguagens que serão padronizadas no Arquivo por meio do tesauro devem ser compreendidas enquanto representação da materialização de uma função do produtor documental.

A caracterização de função, ainda que englobe os elementos na área, pode ser complementada no que tange à razão de sentido. E qual é o sentido de Arquivo? Derrida, teórico da filosofia, argumenta que cada coisa se torna portadora de diferentes significações, e no que tange ao arquivo, atribui seu sentido, de um lugar com função de poder, ou seja, é portador de uma legitimação:

Como o *archivum* ou o *archium* latino (palavra que empregamos no singular, como era o caso inicialmente do francês “*archive*”, que outrora era usado no singular e no masculino: “*un archive*”), o sentido de “arquivo”, seu único sentido, vem para ele do *arkhêion* grego: inicialmente uma casa, um domicílio, um endereço, a residência dos magistrados superiores, os arcontes, aqueles que comandavam. (DERRIDA, 2001, p. 11).

Torna-se vital discutir essa relação, porque para se pensar em questões de ferramentas de padronização terminológica do conhecimento ali contido, antes, é necessário compreender o sentido que fez com que o conhecimento fosse produzido e tivesse um lugar próprio para sua existência.

Verifica-se, portanto, que na concepção de Derrida, ao atribuir o sentido de arquivo enquanto lugar dotado de poder, fa-lo por meio da desconstrução do próprio termo que dá origem à palavra arquivo, “*Arkhé*, lembremos, designa ao mesmo tempo, o começo e o comando.” (DERRIDA, 2001, p. 11). Assim, em sua visão, se arquivo vem de um termo que designa começo, o filósofo compreende que aquilo que é tido como começo contém um sentido de comando.

Visto essa concepção em detrimento de uma abordagem mais pragmática (que une ação, documento, poder devido à função), o sentido e a função dos arquivos são materializados em documentos que logo também serão dotados como ferramentas para um comando, poder, ou controle de uma ação. Por exemplo, a ação de um secretário da saúde de uma determinada cidade é materializada em um documento, que tem caráter público e oficial, denota poder, pois quem fez tem uma função de ser alguém legítimo – que tem as qualidades da lei para ser quem é, e conseqüentemente, para realizar o que lhe cabe ali, situação portanto que pode ser vista como uma situação de poder.

O arquivo, visto desse ângulo, num prisma de sentido, é também abordado por Monteiro (2014, p. 319, grifo nosso), quando recupera, além de Derrida, Foucault, e os insere como “expoentes da filosofia, nessa nova linha de análise do conceito de arquivo”, destacando que as abordagens de tais autores:

São exemplos de reflexões que começam a repensar o papel do arquivo na dinâmica social, deixando de lado as análises que tendem a naturalizar o processo de construção e conservação documental e lançam mão de uma discussão mais crítica, abordando, por exemplo, indagações em relação à etnografia dos documentos, como em que medida os documentos e os arquivos controlam e/ou libertam indivíduos, grupos, sociedades [...] são análises que pretendem localizar **o arquivo como lugar de produção de narrativas e legitimação de discursos, partindo do pressuposto de que a acumulação de documentos não se dá de forma neutra.** As práticas arquivísticas são revestidas de intencionalidade e racionalidade, produzindo um arcabouço documental que irá servir a determinados interesses. (MONTEIRO, 2014, p. 319, grifo nosso)

Em síntese, o arquivo enquanto um lugar com sentido de poder/legitimação é provido de interesses e intenções, portanto os documentos não são neutros, eles são materializações de uma

função específica no contexto que o foi produzido. Nesse âmbito, os documentos de arquivo têm função administrativa e somente depois de cumprido tal aspecto é que virão outras funções, como, por exemplo, o sentido cultural – aspecto este último com pouca ênfase no contexto brasileiro.

Com isso, Rodrigues (2010, p. 186) enfatiza que o documento só será de arquivo “se os vínculos de proveniência e organicidade se preservarem autênticos em seu conteúdo”, e complementa que:

[...] hoje o conceito de documento é mais amplo do que no passado, porque se passou a entender que ele reflete a própria complexidade do seu ambiente de produção, e que para analisá-lo é necessário compreender a lógica de funcionamento do órgão que o produziu.

Essa compressão da lógica do funcionamento do órgão que produziu o documento deve ser a base para os aspectos de padronização terminológica da organização e representação do conhecimento arquivístico.

O que será representado no contexto arquivístico são dois aspectos: vínculo/organicidade e função de sua origem, pois “o documento de arquivo tanto resulta como registro de uma determinada ação, como registra ações que provocam outras ações” (BELLOTO, 2010, p. 162). Esse aspecto deve ser recuperado, uma vez que a padronização terminológica somente ocorrerá depois dessa etapas da OCA realizado.

Deve ressaltar também que dentro da ação que é representada mutuamente estão ancoradas as cinco peculiaridades dos documentos de arquivo: **1)** imparcialidade (criação) - que foi criada para o atual estado da presente ação e não para a posterioridade, **2)** autenticidade (procedimento) - que o configura em relação de um procedimento regular estrutural, **3)** naturalidade (acumulação) – em que se acumula naturalmente, pois é o curso fluido das ações nas organizações, **4)** organicidade (pois se relaciona com os demais documentos criados na mesma atividade) e **5)** unicidade (no conjunto) – perpassando que cada ação é única, logo cada conjunto documental também será. (BELLOTO, 2002, p. 25)

Para representar a informação arquivística, precisa-se de uma ferramenta, de algo próprio àquele fim, neste trabalho intitula-se de instrumento, devido ao conceito deste, que é operar a execução de uma tarefa em especial: permitir que o conhecimento arquivístico esteja acessível.

Nesse sentido, quais são os instrumentos de representação e organização da área conhecidos e desenvolvidos? E quais destes possuem em sua essência esses dois aspectos: representar vínculo/organicidade e representar função?

Entende-se que tais instrumentos são os planos de classificação funcional e os guias, séries, catálogos e inventários, os quais são resultados das atividades de classificação e descrição:

[...] a Arquivística tem o arranjo e a descrição dos documentos de arquivo como processos complementares e nucleares de sua teoria e prática, com o objetivo de classificar, ordenar, descrever e fornecer acesso aos documentos. Estes processos têm objetivos específicos, dividindo um objetivo em comum: representar o conhecimento arquivístico. (TOGNOLI, 2012, p. 3)

Para ampliar a importância desses instrumentos, relaciona-os com as sete funções arquivísticas abordado por Rousseau e Couture (1998), sendo portanto: criação, avaliação, aquisição, classificação, conservação, descrição e a difusão, pois compreende-se que para cada função da área reside um meio de realizar aquilo, ou seja, reside um instrumento para cada atividade dentro da arquivística. Mas convém lembrar que segundo os autores supracitados:

[...] não se trata aqui de estabelecer distinções entre os arquivos correntes, os intermediários e os definitivos. Com efeito, as funções **devem ser abordadas de modo a cobrir o conjunto de princípios, dos métodos e das operações que se aplicam à organização e ao tratamento dos arquivos**, independente da idade destes. (ROUSSEAU; COUTURE 1998, p. 265, grifo nosso).

Inerente a todas essas questões de quais são os instrumentos, vale esclarecer quem são os utilizadores desses instrumentos. Nessa perspectiva, deve-se ter em mente para quem será desenvolvido, enquanto subsídio ao trabalho do arquivista ou enquanto ponte de acesso à construção do conhecimento do usuário (cidadão/ pesquisador).

Parte-se do princípio de que, mesmo sendo para o trabalho do arquivista, este o faz de um modo geral para o usuário, portanto tal divisão é didática, pois, no fundo, a própria existência de qualquer forma de organizar e representar o conhecimento já contém em essência que será para um usuário. Denota esse viés social da perspectiva dos registros documentais em âmbito da arquivística, embora esse aspecto da Área deva ser mais centro de atenção, por enquanto, compreende essa visão de que, de forma geral, todas as atividades tenham sentido geral de ser para o usuário cidadão/pesquisador.

O olhar da área para os usuários externos levou algum tempo, tendo sido verificado apenas 1989 essa preocupação, que ocorreu no momento que surgiu pesquisas nessa temática. Essa tendência de se direcionar ao usuário é abordada por Ribeiro (2010) na dimensão pós-custodial, em que ela aborda que nas últimas duas décadas esforços ocorrem no intuito de se voltar o conhecimento para o usuário. Passa-se do modelo de análise centrado no sistema para o de análise centrada no usuário.

Nessa perspectiva, com foco no usuário, seja ele do valor primário ou secundário, reflète-se aqui com base nos argumentos já iniciados: O Arquivo é um lugar de poder no sentido da lei,

nesse fator está intrínseco que para tal é necessária a função, então o documento existe enquanto resultado da função, o conjunto disso tudo é compreendido enquanto OCA, que irá tratar essa massa documental para a perspectiva de acesso. Mas compreendendo também que, como Hjørland aborda, o sentido amplo da OC que contribui para o específico foi recuperado para a Arquivística, a linguagem, nesse aspecto, qual pode ser o instrumento que atenda a esse objetivo de padronizar a linguagem das atividades da OCA?

Especificando o contexto em que se originam os documentos arquivísticos, o objetivo dessa linguagem será ter um papel mediador que reflita as atividades orgânico-funcionais contidas nos registros, aspecto que está na natureza dos tesouros funcionais, os quais:

[...] possuem características que se aproximam do paradigma do usuário (sistema focado no usuário, isto é, a preocupação com as linguagens), ao comportar: relacionamentos entre descritores (principalmente relações de equivalência); base temática; o controle de vocabulário, ao contrário dos planos de gestão (planos ou quadros de classificação) que são orientados (focados) no sistema documental (nomeação estrutural ou funcional de unidades documentais). (AGUIAR; TALÁMO, 2012, p. 135)

O tesauro nessa linguagem funcional irá, portanto, controlar o vocabulário da sua função que deu origem ao documento. Nesse sentido, entende-se que as funções “delimitam e descrevem as atividades as quais produzem os registros” Hurley (1993, p. 01, tradução nossa). E para complementar o uso das funções, o referido autor argumenta que:

As funções diferenciam as agências (as agências de saúde diferem das agências de educação) umas das outras. Eles ampliam nossa compreensão sobre a natureza e finalidade de cada uma das diferentes agências (as funções educacionais incluem escolaridade, educação contínua, aprendizado e treinamento vocacional, educação universitária, educação de imigrantes e reestruturação industrial, mas excluem jardins de infância, pré-escolar e creche).

Ao representar a função e não o conteúdo de tais registros, o tesauro funcional agrega diferentes ações no sistema de informação arquivística:

[...] opera como índice de termos do plano de classificação; - opera como índice para encontrar séries documentais a serem eliminadas; -provê pontos de acesso ao usuário, permitindo navegar de sinônimos ou outros termos não adotados para a terminologia adotada pelo arquivo; - pode ser usado como ferramenta para ajudar o funcionário a encontrar documentos necessários para as tarefas do dia-a-dia. (SMITH; KOBASHI, 2003, p. 45).

O seu campo de estudo está relacionado a área da Terminologia e da Linguística (AGUIAR; TALÁMO, 2012), visto que irá representar as funções por meio de termos a partir da análise do contexto funcional, resultando em uma linguagem documentária. A linguagem enquanto aspecto de solução para os ambientes informacionais, onde residem de um lado

as informações e de outro os usuários (sejam pesquisadores/cidadãos ou administrativos pertencentes à instituição), é também constituída como tema de outras áreas do conhecimento científico além da Arquivologia:

[...] o problema básico que configura os campos da arquivologia, da biblioteconomia, da documentação e da ciência da informação, nesse prisma, ainda vigora: para que uma informação possa cumprir seu papel no ciclo de produção, organização, disseminação e geração de novo conhecimento, isso é, para que seja socializada, é necessário que seja localizável e recuperável pelo usuário, o que é possível por meio de tratamento linguístico informacional adequado. (MOREIRA; DAVANZO; MORAES, 2015, p. 2).

O tratamento linguístico informacional pela ótica da Ciência da Informação traz contribuições para a Arquivística, não obstante, ainda que permeie a importância desse instrumento para a área, as configurações teóricas e metodológicas do vocabulário controlado para Arquivos têm sido pouco exploradas na literatura:

Na arquivologia, as discussões sobre aspectos teóricos e metodológicos da construção de vocabulários controlados ainda não são realizadas com a frequência e o aprofundamento com que são realizadas ciência da informação de modo amplo e na biblioteconomia e na documentação, de modo especial. Mesmo a terminologia arquivística referente a esses instrumentos de ORC ainda é incipiente. (MOREIRA et al, 2015, p. 2).

Entende-se, assim, que o caminho do usuário até a informação e como ocorrerá o processo – se resultará ou não em recuperação – será conduzido por meio da linguagem, esta que trabalha com diversos elementos dentro da CI, norteados com a linguagem documentária. Segundo Cervantes (2009, p. 45), a linguagem documentária “deve organizar os conteúdos segundo os interesses de seus usuários a fim de lhes possibilitar a comunicação com o sistema de informação”. A relevância desse aspecto mediador deve nortear uma política de acesso informacional ao sistema, caso contrário, ficará incoerente, pois sendo o sistema para o usuário, a linguagem deve estar mediada para ele. A competência dos profissionais da informação é estarem atentos a essa dimensão, estudando, para isso, o perfil do usuário.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A ação de analisar consiste na atividade de desmembrar um todo e vê-lo por partes, nesse sentido com o objetivo de obter compreensão para alguma nova ação posteriormente.

Ao realizar essa função em conteúdos, observa-se que é ampliada a compreensão de tais mensagens com maior rigor, o que possibilita relacionar diferentes dados. É dentro dessa perspectiva que a análise de conteúdo, enquanto método e técnica, ganha espaço nas metodologias científicas:

é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas a adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações. (BARDIN, 2003, p. 31)

No trabalho exposto, configura-se a metodologia representada no quadro abaixo:

Quadro 1- Metodologia para sistematização teórica - Literatura Científica.

TEMA	TERMOS NO TÍTULO, RESUMO OU PALAVRAS-CHAVE	LINGUAGEM	ANO	FONTES
<ul style="list-style-type: none"> ■ Arquivística Pós-Custodial ■ Tesauro Funcional 	<ul style="list-style-type: none"> ■ tesauro funcional ■ arquivística pós-custodial ■ linguagem orgânico-funcional ■ vocabulário controlado arquivístico ■ tesauro funcional ■ arquivística poscustodial ■ lenguaje orgánicos y funcionales archivística ■ vocabulário controlado archivístico ■ functional thesaurus ■ post-custodial archives ■ organic-functional language ■ controlled vocabulary of Archival 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Português ■ Espanhol ■ Inglês 	<ul style="list-style-type: none"> ■ 2000-2016 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Academic Search Premier - ASP (EBSCO) ■ Library and Information Science Abstracts - LISA ■ Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP) ■ Web of Science ■ SCOPUS (Elsevier) ■ BRAPCI (Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação)

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Destaca-se que os parâmetros metodológicos dos termos foram estruturados de acordo com a literatura arquivística. O critério da seleção das fontes teve como base aquelas que haviam proximidade com a área arquivística e da Ciência da Informação.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com os parâmetros metodológicos, verificou-se que na literatura científica a incidência de recuperação dos termos ocorreu da seguinte forma: Tesauro Funcional: 3 (três trabalhos, com um não disponível na íntegra); Linguagem orgânico-funcional: 0 (nenhum trabalho); Vocabulário Controlado Arquivístico: 4 (quatro trabalhos); e Arquivística Pós-Custodial: 26 (vinte e seis trabalhos - destes, quatro não estavam disponíveis na íntegra, restando 22 (vinte e dois trabalhos). Ao constatar o tipo documental dos trabalhos, delimitou-se apenas em artigos científicos (desconsiderando dissertações, teses, capítulos de livros e resenhas), ficando, portanto, com a seguinte estruturação:

Tesouro Funcional	Arquivística Pós-Custodial	Vocabulário Controlado Arquivístico
nenhum artigo	12 artigos	1 artigo

Com o objetivo de realizar uma sistematização teórica consistente, focou-se nas temáticas que houvesse maior incidência, dessa forma a análise de conteúdo foi realizada na temática da Arquivística Pós-Custodial a partir da recuperação dos seguintes artigos:

BIZELLO, M.L. La valoración de documentos en las universidades portuguesas y brasileña. **Ibersid**. ene-jun 2016, Vol. 10 Issue 1, p. 87-93. 7p

BRITO, D. M. A informação arquivística na arquivologia pós-custodial. **Arquivística.net**, v. 1, n. 1, p. 31-50, 2005.

JORENTE, M,J.V. Archives information publishing new design in post-custodial regime: The National Archives Experience Digital Vaults. **Information Services & Use** 31 (2011) 147–155

LEMOS, J. G. O.; NAKANO, N.; JORENTE, M. J. V. O paradigma pós custodial e sua representação no design da informação no sítio do arquivo nacional do reino unido? the post custodial paradigm and its representation in information design at the uk’s national archives sítio. **Liinc em revista**, v. 10, n. 2, 2014.

LUZ, A. R. Psl - Ciência da Informação: projeto de *software* livre em ciência da informação. **Arquivística.net**, v. 1, n. 2, p. 43-52, 2005.

MASSON, S. L. M. A arquivística sob o prisma de uma ciência da informação. **Arquivística.net**, v. 2, n. 1, p. 85-103, 2006.

PINTO, M. M. G de A. Uma era, uma visão, um paradigma: da teoria à prática. **Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Património Porto**, 2005 I Série vol. IV, pp. 101-123.

RIBEIRO, F. A arquivística como disciplina aplicada no campo da Ciência da Informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 59-73, jan./jun. 2011.

ROCKEMBACH, M. Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. **Informação Arquivística**, v. 4, n. 1, 2015.

SILVA, L. E. F. Uma ruptura a-significante: o desconstruir-se a ideia de uma “nova ciência arquivística pós-moderna” sob uma ótica pós-estruturalista. **Informação Arquivística**, v. 4, n. 1, 2015.

SOARES, A.P. A; PINTO, A.L; SILVA, A.M. da. O paradigma pós-custodial na arquivística. **PÁGINAS a&b**. S.3, 4 (2015) 22-39

VIANA, G. F. R.; MADIO, T. C. C. A produção institucional na perspectiva arquivística - lei de acesso à informação e aproximações. **Liinc em revista**, v. 9, n. 2, 2013.

Para a análise dos artigos, buscou-se dentro deles a localização do termo Arquivística Pós-Custodial, em que foi possível realizar uma **nova categorização** de acordo com as facetas de Ranganathan em:

- 1) **PERSONALIDADE**: aquilo que descreve-se em pessoas, criou-se a categoria: Principais teóricos;
- 2) **MATÉRIA**: o que compõe a substância da teoria, portanto criou-se a categoria: Abordagem conceitual e pragmática;
- 3) **ENERGIA**: enquanto aspecto que direciona ações, portanto criou-se a categoria: Métodos de representar a informação/conhecimento;
- 4) **ESPAÇO**: para representá-lo criou-se a categoria Localização geográfica e institucional dos teóricos;
- 5) **TEMPO**: enquanto medida temporal anual, com a categoria: Ano dos artigos.

Após as leituras e análises, sistematiizou-se o quadro abaixo:

Quadro 2- Resultados da Sistematização Teórica- Arquivística Pós-Custodial

Faceta Principal:	Arquivística Pós-Custodial
<p>PERSONALIDADE</p> <p>Principais teóricos</p>	<p>-SILVA e RIBEIRO</p> <p>(BIZELLO, M.L, 2016); (JORENTE, M.J.V, 2011); (SOARES, A.P. A; PINTO, A.L; 2015); (PINTO, M.M.G de A, 2005); (ROCKEMBACH, M, 2015); (SILVA, L. E. F., 2015); (LEMOS, J. G. O.; NAKANO, N.); (JORENTE, M. J. V., 2014); (VIANA, G. F. R.; MADIO, T. C. C. , 2013); (MASSON, S. L. M, 2006); (BRITO, D. M. A, 2005); (LUZ, A. R., 2005)</p>
<p>MATÉRIA</p> <p>Abordagem conceitual e pragmática</p>	<p>-(o que) inserção da Arquivística no campo da Ciência da Informação</p> <p>-(o que) ênfase na estrutura orgânica/funcional do produtor da informação por meio da lógica científica</p> <p>-(porque) coerência teórica e prática para o cenário das TIC</p> <p>-(como) participação ativa no processo informacional (criação, tratamento, conservação e difusão)</p> <p>-(como) atuação de profissionais para priorizar acesso administrativo com rapidez, eficiência e segurança das informações</p> <p>-(como) atuação de profissionais para priorizar acesso histórico, crítico e cultural com mediação educativa e social</p> <p>-(onde)- aplicação em sistemas de Informação físico e digitais.</p> <p>(BIZELLO, M.L, 2016); (JORENTE, M.J.V, 2011); (SOARES, A.P. A; PINTO, A.L SILVA, A.M, 2015); (RIBEIRO, F, 2011); (PINTO, M.M.G de A, 2005); (ROCKEMBACH, M, 2015); (SILVA, L. E. F., 2015); (LEMOS, J. G. O.; NAKANO, N.; JORENTE, M. J. V., 2014); (VIANA, G. F. R.; MADIO, T. C. C. , 2013); (MASSON, S. L. M, 2006); (BRITO, D. M. A, 2005); (LUZ, A. R., 2005);</p>

<p>ENERGIA</p> <p>Métodos de Representar a informação/ conhecimento</p>	<p>ênfase no acesso</p> <p>- (instrumento da Organização do Conhecimento) Gestão de processos de negócio, classificação e avaliação funcional, vocabulário controlado, normas de descrição; retomada dos métodos da Diplomática.</p> <p>(SANTOS, 2011, APUD SOARES, A.P. A; PINTO, A.L; SILVA, A.M, 2015)</p> <p>- (instrumentos normativos) Normalização do acesso aos arquivos e à Informação</p> <p>(RIBEIRO, F, 2011);</p>
<p>ESPAÇO</p> <p>Localização geográfica e Institucional dos artigos</p>	<p>Espanha (1)</p> <p>Portugal (2)</p> <p>Brasil (8)</p> <p>Amsterdã (1)</p> <p>-----</p> <p>Ibersid</p> <p>Information Services & Use (1)</p> <p>PÁGINAS a&b</p> <p>Perspectivas em Gestão & Conhecimento</p> <p>Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Património</p> <p>Informação Arquivística (2)</p> <p>Liinc (2)</p> <p>Arquivística.net (3)</p>
<p>TEMPO</p> <p>Ano dos artigos</p>	<p>2005 (3); 2006; 2011 (2); 2013; 2014; 2015 (3); 2016</p>

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Ao analisar os resultados verifica-se que, sobre a literatura científica, a baixa incidência da recuperação dos termos de tesouro funcional, vocabulário controlado arquivístico e linguagem orgânico-funcional nos idiomas inglês, espanhol e português revelam a necessidade de maiores aprofundamentos científicos na temática, aspecto que pode ser justificado à medida que se compreende que, com as

novas reformulações da Arquivística frente ao cenário das TICs, a padronização terminológica oferece subsídio complementar de acesso à informação.

Com a análise da Arquivística pós-custodial (APC), verifica-se que a categoria de personalidade confirma a gênese de aprofundamentos científicos na vertente europeia portuguesa com os teóricos Silva e Ribeiro.

Na matéria, nota-se que a teoria APC tende a uma perspectiva que vai ao encontro do paradigma social mencionado por Capurro (2003), pois não tem como meta a busca ideal de representar a informação/conhecimento, mas focaliza de acordo com o contexto social de relevância e critério do grupo em questão onde será aplicada. Essas características que a formam mostram sua natureza de aspecto social, já que ampliam o olhar para além da técnica e da custódia, com vista a uma dimensão de acesso do processo informacional que é resultado materializado das ações em humanas e sociais.

Quanto a energia que ela proporciona, seu método de representar a informação/conhecimento atua dentro do viés do objeto da presente pesquisa. Essa confluência mostra-se norteadora para o incentivo das pesquisas de linguagem na arquivística.

O espaço de solo brasileiro com maior incidência confirma os laços institucionais e que os autores de universidades públicas brasileiras têm dialogado com Portugal nos últimos anos com os projetos de internacionalização das universidades públicas.

O período de tempo encontrado é coerente com a ascensão que as TIC tiveram nas comunidades discursivas arquivísticas a partir do séc XXI, quando houve maior ênfase de tal temática nos trabalhos científicos.

A seguir apresenta as considerações finais e as possíveis abordagens necessárias para o aprofundamento da temática da Arquivística com a linguagem para o acesso informacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O elemento essencial das atividades de cunho arquivístico é dar condições para o acesso informacional das ações realizadas pelos seres humanos em contextos específicos de sua produção. Nesse sentido, verificou-se que não há uma aproximação teórica da arquivística pós-custodial com os tesouros funcionais, por meio desse termo específico, mas que há enquanto energia que move a Arquivística Pós-Custodial os vocabulários controlados para arquivos, o que remete aos tesouros funcionais.

Ressalta-se que essa sistematização inicial quer abrir novos diálogos em busca de reflexões e pesquisa sobre como ampliar o acesso à informação arquivística dentro da organização e representação do conhecimento arquivístico levando em consideração sua natureza linguística.

Essa premissa da padronização das linguagens nas informações arquivísticas para o acesso é inclusive descrito no manual dos arquivistas holandeses, de 1898, no último capítulo, sobre o uso convencional de certos termos e sinais, “No interesse da clareza, é proveitoso usar-se sempre a mesma terminologia nos vários inventários. Também sob outros aspectos é conveniente a uniformidade”. (MULLER; FEITH ; FRUIN, 1975, p. 147).

Verifica-se que passado mais de um século desse manual dos holandeses, essa questão da padronização terminológica continua atual, fator que evidencia que esse aspecto linguístico/terminológico constitui um elemento da natureza dos documentos de Arquivo.

A arquivística pós-custodial se insere nessa perspectiva quando inclui a área na Ciência da Informação e permite novos diálogos com disciplinas da linguística, que Hjørland aborda, também, enquanto sentido amplo de organizar a realidade e que reflete na CI.

Este trabalho confirmou que há ausência de produção científica sobre a temática de tesouro funcional (mesmo ele tendo relevância para a questão do acesso à informação arquivística, aspecto que tanto se busca) qual será a razão dessa característica? Será que ultrapassando essa fronteira linguagem e Arquivos, teríamos condições de construirmos asas para sermos utópicos e pensar em recuperar informações arquivísticas também por meio de imagens mentais ou tesouros visuais? Ainda que seja cedo para refletir essas questões indaga se elas não podem despertar um maior interesse da comunidade arquivística pela relação com a natureza linguística das informações orgânicas.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, F. L. de; TALÁMO, M. de F. G. M. O Controle de Vocabulário da Linguagem Orgânico-Funcional -concepção e princípios teórico-metodológicos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 117-138, jan./jun. 2012 - pág. 117.
- ASSOCIAÇÃO dos Arquivistas Holandeses. Manual de arranjo e descrição de arquivos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA. 1977/2003. Disponível em <<http://pt.slideshare.net/RonanTocafundo/bardin-laurence-anlise-de-contedo>>. Acesso em 15 out 2016.

BELLOTO, H. L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica em documento de arquivo.** 2002

BELLOTTO, H. L. **Arquivística objetos, princípios e rumos.** São Paulo Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.

DERRIDA, J. **Mal de Arquivo:** uma impressão freudiana. Trad. Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FONSECA, M. O. **Arquivologia e Ciência da Informação.** Rio de Janeiro: FGV, 2005.

HJØRLAND, B. What is Knowledge Organization (KO)? **Knowl. Org.** 35(2008), n.2/n.3

HURLEY, C. What, If Anything, Is A Function? **Archives & Manuscripts** 21(2) 1993

MONTEIRO, F. Reflexões epistemológicas dos arquivos e do fazer arquivístico enquanto instrumentos de poder. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 27, nº 1, p. 313-322, jan./jun. 2014 – p. 313

MOREIRA, E; DAVANZO, L; MORAES, I. S. de. Abordagens sobre vocabulários controlados para arquivos: conceitos, aplicações e metodologias. In XII Congreso ISKO España y II Congreso ISKO Espapa-Portugal, 19-20 de noviembre, 2015, **Organización del conocimiento para sistemas de información abiertos.** Murcia: Universidad de Murcia.

MOREIRA, W. et al. **Vocabulário controlado para a representação documentária em arquivos correntes da UNESP.** Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/.../seminariodearquivologiaebiblioteconomia>. Acesso: 12 set.2016.

RANGANATHAN, S.R. **Prolegomena to library classificaion.** 3 ed. Bombay: Asia Publishing, 1967. 640 p.

RIBEIRO, F. Da Mediação Passiva À Mediação Pós-Custodial: o papel da ciência da informação na sociedade em rede. **Inf. & Soc: Est.**, João Pessoa, v.20, n.1, p. 63-70, jan./abr. 2010.

RODRIGUES, A. C . Natureza do documento de arquivo: vínculo e estrutura.. In: Lidia Silva de Freitas; Carlos Henrique Marcondes; Ana Célia Rodrigues. (Org.). **Documento: gênese e contextos de uso.** 1ed.Niterói, RJ: EdUFF, 2010, v. , p. 175-192

ROUSSEAU, J.Y ; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística.** Tradução Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

TOGNOLI, N.B. A representação na Arquivística contemporânea. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 5, p. 79-92, 2012.

TOGNOLI, N.B ; GUIMARÃES, J.A.C ; TENNIS, J. T. . Diplomatics as a methodological perspective for Archival Knowledge Organization. In: **The Fourth North America Symposium on Knowledge Organization** - NASKO, 2013, Milwaukee. Transition Cultures, Transition KO: Evolving Exploration, Critical Reflection, and Practical Work, 2013. v. 1. p. 217-225